



PERSPECTIVA TRANSNACIONAL: O PROCESSO DE RECATOLIZAÇÃO NO BRASIL E PORTUGAL ENCABEÇADO PELOS CARDEAIS SEBASTIÃO LEME E MANUEL CEREJEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XX.

Alexandre Luis de Oliveira
Doutorando em História – PUCRS

RESUMO: O processo de formação da República, tanto no Brasil quanto em Portugal trouxe consigo leis que separavam por definitivo a Igreja Católica do Estado. No Brasil a separação se deu com a Constituição de 1891 que propôs um estado laico. Em Portugal, a constituição republicana de 1911 trouxe consigo alguns conceitos pombalinos, entre eles, a adoção de políticas severas contra o catolicismo. Diferente do que ocorreu no Brasil, em Portugal as congregações católicas sofreram grande perseguição, sendo necessária até mesmo a fuga de religiosos para outros países. Neste contexto de perda de poder, surgem duas figuras chaves para se entender o processo de recatolização nos dois países selecionados. Contando com grande prestígio na década de 1920 após receberam do papa o título de cardeal, Leme e Cerejeira tornaram-se agentes ativos no processo de reconquista do espaço perdido pelos católicos. Articulando diretamente com o governo Federal, Leme dialogou com Vargas durante seus primeiros anos como presidente da República no Brasil. Já em Portugal, Cerejeira utilizou seus longos anos de amizade com Antônio de Oliveira Salazar para conseguir a reaproximação entre igreja e estado.

Palavras-chave: Autoritarismo; Laicismo; Catolicismo; Cardeal Leme; Cardeal Cerejeira.

RESUMEN: El proceso de formación de la República, tanto en Brasil como en Portugal trajo leyes que separaban a la Iglesia Católica en el estado. En Brasil la separación se produjo con la Constitución de 1891, que propusieron Estado laico. En Portugal, la Constitución republicana de 1911 trajo algunos conceptos pombalinos, incluyendo la adopción de políticas duras contra el catolicismo. A diferencia de lo que ocurrió en Brasil, en Portugal las congregaciones católicas sufrieron gran persecución, requiriendo incluso escapar religiosa a otros países. En este contexto de pérdida de

poder, haydos figuras claves para entender elproceso de recatolizaçãoen dos países seleccionados. Conungran prestigio enla década de 1920 después de recibidoel Papa el título de cardenal Leme y Cerejeira se han convertido en agentes activosenelproceso de recuperar elespacio perdido por los católicos. La vinculacióndirectaconelgobierno federal, Leme hablócon Vargas durante sus primeros años como Presidente de la República de Brasil. En Portugal, Cerejeirautilizó sus largos años de amistadconAntonio de Oliveira Salazar para lograr elacercamiento entre lalglesia y el Estado.

Apresentação

O presente artigo tem como objetivo a análise da trajetória da Igreja Católica no início do século XX tomando como parâmetros a trajetória do Cardeal Cerejeira e o Cardeal Leme em seus países de atuação. O artigo pretende validar a hipótese de que os dois cardeais não atuaram de forma isolada, ou mesmo por interesses próprios. Havia uma diretriz global, que delimitava o caminho desses dois atores sociais. Com esse paralelo das atuações dos dois cardeais é possível indicar que tanto a Igreja no Brasil quanto em Portugal se rearticulou a tal ponto que chamaram a atenção novamente do Estado republicano conseguindo assim desempenhar papel importante na nova fase dos dois países em seus regimes autoritários, legitimando o Estado Novo de António de Oliveira Salazar e do regime varguista, tendo como sustentáculo o mito de Fátima e Aparecida, respectivamente.

Estes dois clérigos são figuras essenciais na compressão do cenário católico em países que sofreram desarticulações religiosas em torno da implantação da república, em 1889 no Brasil e em 1910 em Portugal. No Brasil a Constituição de 1890 distanciou a Igreja do Estado estabelecendo o estado laico, o mesmo ocorreu em Portugal, logo após a implantação da República:

É mister frisar que a laicização assim como a secularização são processos sociais que não podem ser generalizados e universalizados, devendo ser contextualizados histórica e socialmente. A laicização e a secularização não ocorrem de forma idêntica e única nos mais diversos países. Cada país possui um conjunto de características e circunstâncias sociais e culturais que possibilitam formas variadas e peculiares de laicidades e secularização. (RANQUETAT, 2008.p. 20)

É importante ressaltar que o processo de distanciamento entre Igreja e Estado procedera de forma diferente tanto no Brasil como em Portugal. No Brasil, ocorreu um afastamento por parte do Estado, mas sem perseguição em relação às

instituições católicas, já em Portugal, o Estado instaurou uma política mais severa sobre os católicos.

A proclamação da República deu, contudo, novos rumos a esse processo: no Brasil, a República foi acompanhada da liberalização e da consequente expansão das congregações; em Portugal, o republicanismo vitorioso instalou a repressão e a perseguição às congregações que resultaram em perdas materiais e imateriais, bem como na diáspora. Uma das primeiras tarefas da República brasileira foi a da laicização do Estado com a publicação do decreto 119-A, de 07 de janeiro de 1890 que acabou com o regime de Padroado no país. Uma semana depois desse decreto foi publicado outro que implantava o calendário republicano que destituía as datas comemorativas religiosas, inclusive a do Natal. O liberalismo, o positivismo e o jacobinismo francês disputavam entre si a direção ideológica do novo regime instalado no Brasil que precisou de quase uma década para se estabelecer enfrentando rivalidades políticas, institucionais, guerras civis e rebeliões em diferentes partes de um território nacional ainda indefinido em muitos quilômetros de fronteiras. (AQUINO, 2014, p. 335-339).

Como foi exposto, o catolicismo brasileiro embora sem forças, não sofreu com um processo de perseguição como ocorreu em Portugal. É importante salientar que o processo de transição entre monarquia e república veio acompanhado de uma perda de poder do catolicismo que deixou de ser a religião oficial para assumir o papel de mais uma religião dentro do país. O projeto de estado laico desarticula a função da Igreja Católica, que por anos participou paralelamente das ações do Estado.

Nos países católicos do Sul da Europa, termos como sociedade laica, Estado laico, ensino laico, laicidade, laicismo, laicizar, laicização impuseram-se como vocábulos que também constituíam instrumentos de luta contra a influência do clero e da Igreja católica e, nas suas versões mais radicais (agnósticas e ateias), contra a própria religião. No plano inverso, tais palavras zumbiam aos ouvidos dos católicos como invenções ímpias. (CATROGA, 2006, p. 297).

Foi neste contexto de secularização e laicização que os dois atores, foco deste trabalho, surgiram como agentes que buscavam um alinhamento entre Igreja e Estado. A reaproximação em Portugal começou a ser restabelecida mais rapidamente, já em 1918, visto que o Estado português estabeleceu sua República em 1910. No Brasil essa reaproximação foi mais lenta só ocorrendo na constituição de 1931, no governo de Getúlio Vargas. Destaca-se que, embora os regimes republicanos tenham colocado em prática a separação entre Igreja e Estado, esse fato já vinha sendo delineado desde o final das monarquias. Para compreender o papel desempenhado pelo Cardeal Leme e Cardeal Cerejeira, frente à necessidade de reconquista e recatolização nos seus países de origem, é necessário estabelecer um aprofundado estudo na relação política existente entre os cardeais, notadamente

no âmbito do autoritarismo varguista e salazarista, período em que o processo de reaproximação torna-se mais evidente, principalmente com o uso da religiosidade pelos governos autoritários.

Cardeal Sebastião Leme da Silveira Cintra

Nascido na cidade do Espírito Santo do Pinhal, do Estado de São Paulo em 20 de janeiro de 1882, começou a vida sacerdotal matriculando-se no Seminário Episcopal de São Paulo em 1894; recebendo a primeira tonsura clerical em 28 de agosto de 1895, seguindo diretamente para o Colégio Pio Latino Americano em Roma, onde se matriculou em 1896 afim de aperfeiçoar e completar os seus estudos eclesiásticos. Completado o curso de humanidades, matriculou-se na Pontifícia Universidade Gregoriana em 1897 onde ficou até 1904, quando terminou o curso teológico e recebeu a sagrada ordem de presbítero regressando imediatamente ao Brasil. Foi pró-vigário geral de São Paulo, entre 1909 e 1911, quando foi nomeado bispo-auxiliar do Rio de Janeiro. (SILVA, 1995, p. 15-20).

Promovido a Sé Metropolitana de Olinda em 29 de abril de 1916, tornou-se arcebispo de Recife quando a Sé foi unida a Olinda, em 29 de abril de 1918. Nomeado arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro, com direito de sucessão, em 15 de março de 1921. Sucedeu à Sé Metropolitana do Rio de Janeiro em 18 de abril de 1930 e em 02 de julho de 1930, D. Leme foi elevado ao grau de Cardeal. (SILVA, 1995, P. 34-36.)

Sebastião Leme começou sua trajetória em um tempo que a Igreja era desvinculada do Estado, em que os católicos brasileiros se encontravam desarticulados, apresentando pouca ou nenhuma resistência ao processo de laicização. Leme então pode ser visto como um dos precursores do processo de recristianização brasileira, no qual recebeu auxílio dos intelectuais Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e o padre jesuíta Leonel Franca. Destaca-se que o catolicismo sempre manteve grande influência na política social brasileira. A perda desta influencia com a Constituição de 1891 não foi encarada como algo natural, mas como um momento de transição em que a Igreja estava enfrentando e que deveria ser combatido. (SILVA, 1995, P. 3)

Somente a 15 de novembro de 1889 instalou-se o regime republicano. Logo em

seguida, a 7 de janeiro 1890, a separação entre a Igreja e o Estado foi imposta através de um decreto, sendo o mesmo confirmado posteriormente pela Assembleia Constituinte de 1891. É certo que tal decisão do Estado pouco afetou o chamado “Catolicismo popular”. Tal separação, porém, afetou profundamente o Catolicismo oficial. A Igreja passou a ser vista pelo Estado como hostil aos seus interesses. (SILVA, 1995, P. 13).

Com a chegada de Getúlio Vargas a Presidência da República em 1930, a Igreja Católica percebe que seria um bom momento para uma reaproximação, buscando assim que a nova constituição não ignorasse o papel da religião católica na vida dos brasileiros e na vida da nação. Ressalta-se que depois de certa oposição da Igreja ao mundo, com o papado de Pio XI (1922/1939)

a Igreja assume uma posição de conquista, um esforço de cristianização a sociedade corroída pela chamada ‘peste do laicismo’. Ele retorna à orientação básica do Papa Pio X: *instaurare omnia in Christo*. A Igreja devia afirmar positivamente a sua presença no mundo. No Brasil, segundo o próprio Cardeal, o povo era marcado por uma profunda ‘ignorância religiosa’. O clero era na sua análise, insuficiente diante deste país de tão grande extensão territorial. Muitos católicos nem se quer viam facilmente um padre. A catequese era fraca e deixava muito a desejar. A intelectualidade brasileira, salvo exceções, incrédula, poderia influir pouco diante da presença do laicismo, do Positivismo. Era preciso alguém muito capaz para fazer presente uma verdadeira recristianização da sociedade brasileira. (SILVA, 1995, p. 10)

Após seu retorno ao Rio de Janeiro, Leme começou a articulação de recatolização inspirando alguns intelectuais a aderirem esse projeto de reaproximar o Estado da Igreja e a Igreja do povo. Leigos como Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e o jesuíta Leonel Franca foram fortes aliados de Leme na tentativa de rearticulação da Igreja Católica. Fato também que merece atenção é a promoção de Leme ao cargo de Cardeal. Sem dúvida a ação pastoral exercida pelo Dom Leme é bem vista por Roma, constatação expressa pela púrpura cardinalícia que recebera em 1930. (SILVA, 1995, p. 11)

Para compressão do pensamento do Cardeal Leme durante os primeiros anos como parte integrante da Igreja no Brasil é necessário analisar duas cartas pastorais publicadas, uma em 1916 e a outra em 1921. As cartas pastorais são documentos publicados pelas autoridades da igreja e tem como objetivo orientar seus fiéis e aparar certos desvios de conduta que possam estar ocorrendo na diocese.

Na carta de 1916 Leme salienta a pouca influência dos católicos no destino da Nação e destaca a ignorância religiosa dos intelectuais brasileiros. Isso mostra que a constituição de 1890 havia enfraquecido sim a Igreja, e que suas fileiras se encontravam distantes e sem perspectivas de mudanças. Um ponto importante sobre essa carta é que Leme fala com certo entusiasmo da fé dos pobres, porém destaca que a falta de uma verdadeira formação religiosa permite que o povo seja apegado às superstições mais primitivas. Nesse sentido, para Leme, o ensino laico não é somente o afastamento da igreja das salas de aula, mas um ensino antirreligioso, algo que vai contra ao que era pregado pela igreja. Já nesta carta, Leme sinaliza a intenção de se aproximar dos intelectuais, fundando em 15 de agosto de 1918 a Confederação Católica pernambucana que mais tarde tornou-se a “Ação Católica”.

Depois de Pernambuco, fecundo campo de ensaio, veio o Rio de Janeiro e com ele, a Confederação Católica, a conquista das elites e principalmente a dos intelectuais a Cristo; e, - acrescido o poder de influência com o Cardinalato – a partir de 1930, a Ação Católica Brasileira, a LEC de âmbito nacional; a morte do laicismo na Constituição de 1934, o ensino religioso facultativo nas escolas públicas de todo o Brasil – ensino religioso que realizou de maneira excelente, a tão preconizada obra do Catecismo – e, por fim, a Universidade Católica. (SILVA, 1995, p. 28)

Já na Carta Pastoral de 1921 dedicada a São José e aos operários, Leme se dirige as classes produtoras do Brasil. Para ele havia uma natural desigualdade das classes, porém ricos e pobres consideravam o valor mais importante que é a vida no céu. Cada qual deveria ficar satisfeito com a situação em que estavam não perdendo o foco na vida celeste. Continuando o conteúdo da carta, Leme coloca como foco a Revolução Francesa. Para ele, a Revolução “levará a uma negação e esquecimento do sobrenatural, acabará com as corporações de classes.” De acordo com Leme, o grande problema nos resultados da Revolução Francesa seria a organização do povo sem a orientação da igreja e com seu afastamento das coisas relativas a Deus. Prosseguindo, D. Leme explica como os pobres diante do único valor que era o material, tomando consciência da força que possuíam, partem para a luta de classes. Segundo ele, os pobres dizem: “hoje somos a força, amanhã seremos a guerra, depois a vitória, como na Rússia”, e acrescenta: “e o bolchevismo serpejou em toda parte, avermelhando o céu de clarões sinistros”. Observa o comunismo como um verdadeiro trabalho de aniquilação universal de Deus, família, autoridade e propriedade. Observa-se que a luta pela preservação do ideário de

Deus, família e a autoridade ou o estado, irão incentivar futuras agremiações políticas como o Integralismo. (SILVA, 1995, P. 30)

Ainda sobre a situação das classes menos favorecidas, Leme destaca o quanto é lícito e nobre a procura em relação às condições de pobreza e que haja melhoria de sorte neste mundo, tudo, porém sem lesão da justiça. Como saída para futuras tensões, Leme reserva parte de sua carta aos industriais e agricultores, aconselhando estes a facilitarem aos seus operários à instrução e a prática dos preceitos religiosos que podem confortar a alma e disciplinar as paixões. (SILVA, 1995, p. 32)

Após a publicação desta carta de 1921, com o agravamento do estado de saúde do Cardeal Arcoverde, em 24 de fevereiro de 1921, recebeu a carta do Núncio Apostólico, comunicando-lhe que sua nomeação pela Santa Sé, como Arcebispo-Coadjutor do Rio de Janeiro, tendo tomado posse em 5 de agosto do mesmo ano. Com seu retorno ao Rio de Janeiro, em 8 de dezembro de 1922, fundou a Confederação Católica do Rio de Janeiro, uma tentativa de aglutinar o povo ao redor da igreja.

Antes de mais nada, reafirmo a declaração de que, como organização católica, a Confederação não se formará nunca em partido político: longe de mim a heresia de dizer que a Religião nada tem que ver com a Política. Seria um erro palmar, mil vezes condenado e mil vezes condenável. Mas, o que eu disse, e repito, é que não devemos identificar ou confundir a religião e a política partidária. São campos diferentes de ação. Assim é que se algum dia os católicos se reunirem em partido político, as suas campanhas meramente políticas não serão feitas em nome da Igreja, em lugar sagrado, nas associações de piedade, etc., e sim nas organizações que para esse fim específico se fizeram entre os católicos" (SILVA, 1995, p. 33).

No Rio de Janeiro, Leme contou com um grande aliado na tarefa de reorientação do povo católico, Jackson de Figueiredo. Jackson atuou no laicato, criando em 1921 e 1922 respectivamente a revista "A Ordem" e o "Centro Dom Vital". Em 1928 Leme ganhou um novo aliado Alceu Amoroso Lima, nome de peso da intelectualidade. A partir deste momento, D. Leme, Alceu e o padre Leonel Franca, irão criar um grupo de evangelização católica.

A atuação deste grupo não fora uma empresa fácil, dado que as elites haviam adotado filosofias do tipo naturalista, racionalista ou positivista, uma crença do tipo não-confessional, indiferente à pregação católica. Sabemos, por exemplo, que Augusto Comte tinha como teoria principal que os dogmas, ritos religiosos eram já ultrapassados, que terminariam desaparecendo diante do programa das ciências e das técnicas. (SILVA,

1995, P. 36)

De acordo com Francisco Oliveira Silva, após a contrarreforma do século XVI e principalmente após o Concílio Vaticano I 1869/1870, a Igreja tornou-se mais centralizadora e clericalizada. Foi na década de 1920 que cresceram os questionamentos sobre este modo de ser Igreja. Alguns defendiam uma Igreja mais sacramental e Cristocêntrica. (SILVA, 1995, p. 57) No Brasil, a reforma da Igreja recebeu o nome de romanização. Durante a primeira República brasileira, o catolicismo era visto como uma instituição anacrônica, inadequada para atender aos novos desafios dos tempos modernos. Mas algo deveria ter sido levado em conta e não foi, desde aquele momento, o catolicismo era a religião da maioria da população, e negligenciar esse fato, poderia gerar riscos a própria ordem constituída.

Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira

Na Portugal do Cardeal Cerejeira o contexto é de certa forma distinta do que ocorreu no Brasil. Portugal implementou a República em 1910. Assim como no Brasil, os republicanos viam com maus olhos a Igreja a sua articulação na vida pública.

Uma das principais ideias que sobressai nestes programas do partido republicano, e que também se refletiu nas determinações do Governo Provisório, era a da necessidade de estancar a excessiva intervenção da Igreja na vida pública, sendo este, segundo os republicanos, o grande motivo pelo qual a sociedade e o país se encontravam num tal estado de decadência e atraso. (TORRES, 2014, p. 6)

Em Portugal, assim como na ex-colônia, a Igreja era sinônimo de atraso e anacronismo trazendo consigo resquícios do regime monárquico. Com isso, a constituição portuguesa de 1911 também estabeleceu a separação entre Igreja e Estado. Mas diferente do Brasil, Portugal adotou uma política religiosa mais radical: “no Brasil, a República foi acompanhada da liberalização e da consequente expansão das congregações; em Portugal, o republicanismo vitorioso instalou a repressão e a perseguição às congregações que resultaram em perdas materiais e imateriais, bem como na diáspora.” (AQUINO, 2014) As congregações que a citação se refere, são os conventos e mosteiros.

Para os republicanos mais empenhados com o Estado que surgia, o apoio eclesiástico ao conservantismo dava-se pela ação das congregações religiosas.

Antes da proclamação da República existiam em Portugal 31 congregações ou associações religiosas distribuídas por 64 casas concentradas no centro e no norte do país atendendo a vários asilos, dispensários, escolas, orfanatos e hospitais, mantendo o caráter sagrado das ações assistenciais e educacionais. Ao contrário do que aconteceu na implantação da República no Brasil, em Portugal a implantação do regime republicano foi marcada pelo combate às congregações religiosas. (AQUINO, 2011, p. 166-168) “A questão religiosa culminou na Lei de Separação do Estado das Igrejas, de 20 de Abril de 1911, da autoria de Afonso Costa, político que estivera na vanguarda do combate anticlerical desde que em Coimbra defendera como tese A Igreja e a Questão Social (1895).” (SANTOS 2009. p. 20).

Em 1918, num quadro político favorável à igreja, criado por Sidónio Pais, que restabeleceu as relações diplomáticas com a Santa Sé e procedeu à revisão da lei de separação, os bispos portugueses reafirmaram a necessidade do clero não confundir a causa religiosa com a questão do regime. O bispo do Algarve, D. António Barbosa de Leão, crítico acerbo dos realistas, acusava-os de arrastarem os católicos para a sua contenda política. (PIMENTEL, 2010)

Um ponto de aproximação entre as duas nações diz respeito aos dois principais mitos religiosos, o de Nossa Senhora Aparecida no Brasil e o de Nossa Senhora de Fátima em Portugal. Embora a história de Aparecida tenha surgido no século XVIII, foi somente no contexto das transformações e necessidades da igreja em recatolizar que Aparecida foi elevada ao *status* de padroeira do Brasil, destituindo assim São Pedro de Alcântara. O mesmo ocorreu em Portugal. O mito de Fátima sobrepõe-se a antiga padroeira, Nossa Senhora de Lourdes. Nota-se que as duas mudanças apresentam traços comuns. No caso brasileiro, Aparecida, uma santa genuinamente brasileira, destitui o velho padroeiro do império, o espanhol Pedro de Alcântara; já o caso português, Fátima assume o posto de Lourdes, cujas aparições ocorreram na França. Fátima surge alinhada com os interesses católicos e chega ao ponto da imprensa portuguesa satirizar essa aproximação, publicando em 16 de outubro de 1917, que haveria a possibilidade de na próxima aparição de Fátima, a Santa prometer que iria restaurar a monarquia, pois essa era uma demanda dos dirigentes católicos, visto sua grande perda de poder com a república. (BARRETO, 2003, p. 41).

No Brasil, a Proclamação da República trouxe consigo o fim do regime do padroado. Vendo-se separada do Estado e em pé de igualdade com as religiões ditas protestantes, a Igreja precisou se rearticular, buscando novas

estratégias de ação. Toda essa alteração ocorre dentro do processo conhecido como romanização dos católicos no Brasil. Embora a ligação entre o Estado e a Igreja durante o regime do padroado desses aos católicos a segurança e a garantia de que eram a religião oficial e suprema dos brasileiros, os eclesiásticos respondiam diretamente às ordens do governo imperial e não da Santa Sé. José Oscar Beozzo identifica o período entre os anos de 1870 e 1930 como um período de aproximação da Igreja Católica brasileira com Roma. Neste intervalo mudanças significativas ocorreram na atuação católica dentro do Brasil, visando uma maior institucionalização e controle eclesiástico das questões religiosas. (PETERS, 2012, p. 23)

Sem dúvida o projeto republicano trouxe consigo um afastamento natural entre Igreja e Estado. Com o fim do padroado, o catolicismo não estava mais ligado oficialmente ao Estado e agora deveria caminhar sozinho, igualado as outras religiões presentes no país. Não há mais privilégios, não há mais regalias, e no caso português, ocorreu até mesmo uma perseguição e fechamento das instituições católicas. A Igreja estava afastada do ensino. Mas o catolicismo conseguiu se munir de artifícios para reconquistar o estado. Conseguiu novamente chamar a atenção do estado, e se fundir novamente com ele, primeiro em Portugal em 1918, depois no Brasil em 1931. Essa reaproximação não é fruto do trabalho isolado dos dois Cardeais, mas eles foram de grande importância para essa aproximação e serviam de instrumento para que a Santa Sé reconquistasse sua influência sobre o Brasil e Portugal.

Reflexos sobre o estudo do tema

A importância do presente estudo se dá pela falta de pesquisas transnacionais que relacionem a atuação do Cardeal Leme, no Brasil, com a atuação do Cardeal Cerejeira, em Portugal. Também são reduzidos os estudos sobre suas articulações na tentativa de reorganizar o catolicismo em ambos os países. Há uma quantidade significativa de estudos sobre o cardeal Cerejeira, mas o mesmo não ocorre com o Cardeal Leme, que apresenta um número bem inferior de pesquisas relacionadas à sua atuação enquanto Cardeal brasileiro em um momento tão singular para a igreja que foi sua perda de influência sobre o Estado com a passagem da monarquia para a república. Mas em relação a estudos que possuem como foco esses dois atores, não foi observado nenhum tipo de pesquisa que debruçasse sobre essa temática na tentativa de problematizar a atuação dos dois cardeais em seus respectivos países.

O que torna esse estudo importante é justamente a necessidade de aproximar a

atuação do Cardeal Leme e do Cardeal Cerejeira, para podermos com isso, traçar o papel desempenhado por eles e observar como essas trajetórias se desenvolveram no Brasil e em Portugal, pois, embora os dois cardeais estivessem ligados às diretrizes do Vaticano, as especificidades dos países em questão, não são as mesmas, o que sugere que os dois cardeais utilizaram estratégias diferentes para chegar a um resultado comum que era a recatolização da sociedade e com isso obter novamente poder e prestígio junto ao Estado, principalmente no contexto do autoritarismo, uma vez que os cardeais se transformam em sustentáculo para o estabelecimento de uma força política baseada no regime varguista e salazarista com o uso de Aparecida e Fátima para justificar e legitimar os atos autoritários.

A problematização do tema está na identificação, que tanto o Cardeal Cerejeira quanto o Cardeal Leme não foram figuras descoladas do interesse geral da Igreja, haveria algo superior aos dois atores que os influenciava e que deu rumo as suas trajetórias. Essa influência geral que norteava os dois cardeais poderia estar ligada a *Rerum Novarum*. Vista como um divisor de águas por alguns especialistas, a encíclica de Leão XIII foi publicada em 1891.

Pode-se colocar que o pontífice foi o primeiro Papa a se dar conta que não seria possível uma volta total ao tempo como imaginavam seus predecessores. As ideias apologéticas ao passado e o cultivo somente de lástimas por terem saído do trajeto de reconciliação com Deus de muito pouco serviriam para uma recristianização da sociedade. (...) um dos diferenciais de LEÃO XIII foi ter superado este limite e ter passado do campo da lástima para o da exortação pela Idade Média. (BATISTA, 2008 ABHR).

A *Rerum Novarum* não foi uma encíclica de lamentações do papa com o mundo moderno, como vinha ocorrendo com os predecessores do papa Leão XIII, mas foi um reconhecimento da igreja de que não era mais possível retornar ao mundo medieval e as necessidades do mundo deveriam ser também analisadas pela igreja. Nesse sentido, a igreja passa mais ainda a se importar com os problemas do mundo, entre eles o da necessidade de reconquistar seus fiéis. Para se entender a trajetória dos dois Cardeais é necessário traçar uma análise transnacional entre seus atos e as diretrizes da Igreja Católica, e ainda perceber as nuances políticas dos respectivos países e no contexto global em torno do autoritarismo da primeira metade do século XX.

A principal hipótese levantada nesse estudo é de que os Cardeais não agiram de

forma isolada, mas estavam respondendo aos apelos do papado vigente. Há algumas singularidades entre as duas trajetórias, pois os dois padres receberam o cardinalato em anos próximos, além disso, ainda há a questão dos dois mitos que surgiram no cenário nacional no mesmo período, Nossa Senhora Aparecida no Brasil, que substituiu o padroeiro São Pedro de Alcântara, de origem espanhola, com isso, Aparecida surge como uma santa genuinamente brasileira, e no caso português, a substituição de nossa senhora de Lourdes, cujas aparições ocorreram na França, para uma santa mais ligada a Portugal, nossa senhora de Fátima, que manteve suas aparições em Portugal.

É importante ressaltar que, a reaproximação entre Igreja e Estado ocorreu de forma mútua. Primeiro a Igreja se reinventa, se torna mais nacional, mais materna, quando então começa a se reestabelecer se reaproxima do Estado. É um ato que rende benefícios para ambos os lados, aos católicos de ficam novamente próximos da tutela do estado e para o estado que se beneficia do grande contingente de católicos alinhados com seu governo, que, no caso brasileiro se deu com Getúlio Vargas e no caso português se deu no governo de Antonio de Oliveira Salazar. Com isso, a hipótese é que essa reaproximação entre estado e igreja tenha se dado após um reestabelecimento da influência da igreja católica sobre seus fiéis o que gerou um novo interesse do estado em manter próximo de si, os católicos.

A aplicação do conceito de História Transnacional é de fundamental importância para o desenvolvimento do presente artigo. Diferente da História Internacional que trabalha com a interação entre os países ou nações, a História Transnacional prioriza questões que irão além dos países estudados. “A História Transnacional também tem iluminado os problemas da História Comparada, com sua tendência a comparar dois casos nacionais estáveis, separados, e ignorar a circulação e interação. No entanto, a intenção da História Transnacional não é apagar a história nacional, mas complicá-la.” (WEINSTEIN, 2013, p. 18).

A utilização do conceito de História transnacional é de suma importância para essa pesquisa, pois não limita o estudo apenas aos dois países que são o foco de atuação do Cardeal Leme, o Brasil, e do Cardeal Cerejeira, Portugal, mas abrirá caminho para o estudo de outros países que os respectivos atores também dialogaram, como exemplo, o Estado do Vaticano, sede do catolicismo e de onde

emanavam as diretrizes de atuação que os dois atores levaram para as suas arenas sociais.

A proposta do transnacionalismo não se restringe a uma comparação econômica, social ou cultural entre dois países, mas sim procurar entender as singularidades e as semelhanças na trajetória de duas nações em um determinado tempo histórico. Neste caso, a linha de pesquisa a ser seguida tem como base a ação dos dois cardeais como agentes que atuaram na rearticulação da influência do catolicismo dentro de seus países, mas esses dois atores não agiram de forma isolada e impulsiva, eles atenderam as solicitações de renovação feitas pelo Vaticano.

Ainda sobre a história transnacional, é importante notar que:

Ela propõe que alguns processos históricos superam as fronteiras nacionais a tal ponto que nem mesmo a história comparativa teria condições de analisá-los a contento. A história transnacional resolveria esse problema, pois não se limitaria a examinar os processos históricos através das fronteiras, mas verdadeiramente as ignoraria. Não no sentido literal (pois ela concorda que as especificidades devem ser analisadas para a compreensão do global), mas no epistemológico: o grau de escala sairia do micro e abandonaria de vez o macro nacional, indo para um macro ainda maior, o global. (BERTONHA, 2008, p. 166 – 167).

Segundo Philippe Lavillain, (2003, p.176) a Biografia Histórica é um bom caminho para se compreender as relações entre passado e presente, entre memória e projeto, entre indivíduo e sociedade. Este tipo de estudo histórico não visa esgotar o indivíduo como já foi feito na história, mas problematizá-lo. Esse ponto é importante para o desenvolvimento do presente estudo, pois, não há uma pretensão de traçar trajetórias individuais tanto do Cardeal Leme ou mesmo do Cardeal Cerejeira, mas se torna necessário delinear as trajetórias individuais desses dois atores para podermos entender suas estratégias nas arenas em que estavam envolvidos.

Para Georgi Plekhanov, os indivíduos podem influenciar no destino da sociedade de acordo com seus traços peculiares. A influência dos indivíduos no meio social pode ser muito considerável, mas as forças internas é que determinam tal possibilidade. (PLEKHANOV, 2006, p. 105) Para Nibert Elias, estudar o indivíduo é importante para a História, mas, este não deve ser estudado de forma isolada, deve conter neste estudo a relação do indivíduo com a sociedade em que ele está inserido. Indivíduo e sociedade são indissociáveis, pois ele é condicionado pelo meio onde vive. (ELIAS, 1994, p. 21).

Para podermos entender a relação entre indivíduos e sociedade é importante afastar a ideia de analisar os indivíduos de maneira atomizada, sem levar em conta suas inserções na sociedade ao longo de suas trajetórias. Segundo Pierre Bourdier,

é impossível compreender uma trajetória (isto é, o *envelhecimento social* que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, no conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado - pelo menos em certo número de estados pertinentes - ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. Essa construção prévia também é a condição de qualquer avaliação rigorosa do que podemos chamar de superfície social, como descrição rigorosa da personalidade designada pelo nome próprio, isto é, o conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permite intervir como agente eficiente em diferentes campos. (BOURDIEU, 1996, p.190).

Ao analisar a atuação dos Cardeais, há de se levar em conta que, embora estivessem ligados a uma instituição maior, o catolicismo, e devessem explicações de seus atos diretamente ao Papa, tanto o Cardeal Leme quando o Cardeal Cerejeira desenvolveram suas trajetórias próprias, e o estudo de suas individualidades norteia como cada uma deles desenvolveu em suas arenas de atuação, os preceitos advindos do Vaticano, colocando em prática da Doutrina Social da Igreja e conseguindo assim, uma novo lugar para o catolicismo junto ao Estado republicano.

Bibliografia

AQUINO, Maurício de. **A diáspora das congregações femininas portuguesas para o Brasil no início do século XX**: política, religião, gênero. cadernos pagu (42), janeiro-junho de 2014:393-415.

_____, Maurício de. **A implantação da república e a igreja católica no Brasil e em Portugal**: o caso das congregações femininas portuguesas em diáspora (1911-1921). Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano IV, n. 10, Maio 2011.

BARRETO, José. **Religião e Sociedade**: Dois Ensaio, Lisboa: ICS, 2003.

BERTONHA, João Fábio. **Sobre a direita**: estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo. Maringá: Eduem, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (org). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CATROGA, Fernando. **Entre deuses e césores**: secularização, laicidade e religião civil. 1 ed. Coimbra, Almedina, 2006.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. (org). **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

PETERS, José Leandro. **Aparecida na Memória da Igreja**: uma análise da constituição do mito de Nossa Senhora Aparecida no início do século XX. *Sacrilegens*, v. 09, p. 87-96, 2012.

PIMENTEL, Irene Flunser. **Cardeal Cerejeira**: o príncipe da igreja. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.

PLEKHANOV, Georgi. **O Papel do indivíduo na história**. São Paulo: Expressão Popular. 2006

RANQUETAT, Cesar Alberto. **Laicidade, laicismo e secularização**: definindo e esclarecendo conceitos. *Sociais e Humanas*, v. 21, p. 67-75, 2008.

SANTOS, Miguel António Dias. **Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919)**. 2009. 618 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra: 2009.

SILVA, Francisco Oliveira. **O Cardeal Leme e a Revolução de 1930**. 1995. 81 f. Dissertação (Mestrado em História Eclesiástica) - Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma: 1995.

TORRES, Joana Bento. Igreja e Primeira República: **A implementação do registro**

civil obrigatório. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: <[http://www.iseg.utl.pt/aphes30/docs/progdocs/ JOANA%20TORRES.pdf](http://www.iseg.utl.pt/aphes30/docs/progdocs/JOANA%20TORRES.pdf)>. Acesso em: 28 set. 2014.

WEINSTEIN, Barbara. **Pensamento e história fora da nação:** a historiografia da América Latina e o viés transnacional. Revista Eletrônica da ANPHLAC, n. 14, p. 13-29, jan./jun. 2013.